

Desperdício na Educação?

*(Texto proposto para publicação no Diário de Notícias, 13.Jan.2003
– Publicado em 21.Jan.03)*

O Governo anunciou há pouco que nos próximos anos haverá um aumento nominal nulo no financiamento global do Ensino Superior enquanto o Ensino não superior terá um aumento nominal anual de 1.5%. Notícia sem surpresa, considerando o espaço que o financiamento do Ensino Superior ocupou nos meios de comunicação social no último semestre, quase eclipsando os esforços de contenção financeira que terão sido feitos também noutros sectores da administração pública. Isto traduz seguramente que, na opinião do Governo, o Ensino Superior se destaca pelo desperdício, em relação aos outros sectores da Educação e da Administração Pública. Esta visão é acentuada por inúmeros textos de opinião que vão aparecendo acentuando o anquilosado da gestão universitária: Destacando-se este sector pela sua ineficiência e dificuldade de gestão, é óbvia a necessidade de uma forte pressão orçamental externa para repor a “normalidade”! Iria bem o País se fosse esta a verdadeira realidade e não somente uma “realidade” servida à opinião pública.

Todos os universitários concordam na necessidade de flexibilizar o modelo de gestão universitária que tem ainda muito do que Sottomayor Cardia escreveu no remoto ano de 1976. Com o efeito cumulativo do Estatuto da Carreira Docente Universitária de 1980 e da Lei de autonomia de 1988 seria de prever que tivéssemos um sistema completamente bloqueado e contudo a verdade é bem diferente. Mesmo sob o espartilho da administração pública no que toca à gestão de pessoal, à gestão administrativa e à gestão financeira (que a dúvida autonomia não aligeiram significativamente) as universidades têm conseguido no último decénio responder aos grandes desafios de crescimento que o País lhes exigiu e, quando o ciclo se inverte, mostram ainda uma notável capacidade de adaptação. Nunca foram excedidos os orçamentos aprovados! Isto, apesar dos estímulos negativos que os últimos governos têm dado prometendo financiamento extra a quem se “porte mal”!

Será que o Ensino Superior está sobre financiado? Se analisarmos os últimos dados da OCDE (*Education at a Glance 2002*) verificamos que o Ensino Superior está de facto numa posição destacada. Mas, ao contrário do que poderíamos pensar, esta posição destacada resulta de sermos o único país da OCDE em que o custo por aluno do Ensino Superior é inferior ao do Secundário (com cerca de 93% contra uma média de 176%). Mesmo em relação ao Ensino Primário, o custo por aluno do Superior é também o mais baixo (com cerca de 138% contra a média de 235% para os 24 países listados). A estratégia adoptada pelo Governo resulta certamente de um equívoco na leitura destes dados que são públicos mas ignorados da opinião pública!

A solução que parece ser apontada é aumentar o esforço financeiro pedido às famílias. É geralmente aceite que a participação dos estudantes ou das famílias no custo da educação superior deveria ser maior. Contudo, para além das dificuldades políticas que essa medida implica e que não será preciso lembrar, o seu efeito imediato é a redução do número de estudantes que procuram o Ensino Superior, particularmente nas áreas não directamente profissionalizantes, agravando o excesso de capacidade já existente por efeito da quebra demográfica. Será este um objectivo razoável para os próximos anos?

O Ensino Superior é porventura o único sector da administração pública portuguesa onde existe um sistema de financiamento aceite por todos os parceiros e com efeitos, por vezes muito duros, na vida interna das instituições. Para além do crescimento quantitativo, o Ensino Superior atravessou uma verdadeira revolução nos últimos 30 anos quanto aos métodos de trabalho e à qualidade dos resultados. Há parâmetros de qualidade de comparação internacional onde Portugal tem uma posição digna. Será que temos muitos outros sectores da nossa vida económica e social onde se poderão fazer comentários análogos? Esta realidade não é muito conhecida da generalidade das pessoas nem do Ministério das Finanças. As instituições estão já habituadas a reagir aos estímulos externos e poderão melhorar a sua eficácia, a sua eficiência e adaptar-se aos desafios da baixa demográfica e da abertura internacional que já estão à vista. Uma prudente gestão de todo este sistema de educação permitirá passar da fase de crescimento em que vivemos no último século em todos os níveis para um necessário aprofundamento da qualidade. Seremos capazes disso?

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto